

Comunicações Científicas

Formação profissional e mercado de trabalho de jornalistas e radialistas em Goiás

Magno L. Medeiros da Silva*

Resumo

Relato de ampla pesquisa sobre a formação acadêmica, o campo profissional e o mercado de trabalho de jornalistas e radialistas de Goiânia. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa inédita, realizada em todo o Brasil sob a coordenação geral do NUPEM-ECA-USP. Participaram 40 faculdades de Comunicação Social e cerca de 3.500 profissionais recém-formados.

Palavras-chave: mercado de trabalho; campo profissional de jornalistas e radialistas; ensino.

1 Introdução

O presente texto constitui o relato da pesquisa “Campo profissional e mercado de trabalho em comunicação no Brasil”, realizada em Goiás sob a coordenação regional do Núcleo de

* Jornalista, doutor pela USP, professor e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Informação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás e editor deste periódico. E-mail: magno@lri.facomb.ufg.br

Pesquisa em Comunicação e Informação (NPCI)² da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás.

Idealizada e coordenada nacionalmente pelo NUPEM (Núcleo de de Pesquisa do Mercado de Trabalho em Comunicações e Artes), a pesquisa contou com o apoio da FELAFACS (Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social), da ABECOM (Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social) e do CNPq.

Participaram da pesquisa um total de 40 escolas de Comunicação Social do Brasil: 15 do Estado de São Paulo (1.668 profissionais responderam os formulários); 8 da região Sul (539); 6 do Norte e Nordeste (309); 6 do Sudeste I (458); e 5 do Sudeste II (482). A UFG fez parte da região Sudeste II.

Esta é, portanto, a mais ampla e a mais aprofundada pesquisa elaborada no Brasil, com o objetivo de avaliar a formação, o campo profissional e o mercado de trabalho dos profissionais de Comunicação. Um trabalho, sobretudo, pioneiro.

Os dados divulgados são fruto de um trabalho que envolveu esforços de equipes de todo o País. Como ressalta a pesquisadora Maria Immacolata V. de Lopes, os resultados da pesquisa interessam aos profissionais, às instituições de ensino, aos atuais alunos de Comunicação Social, aos empresários, às entidades de classe etc. Segundo afirma, a publicização desses resultados

deverá alimentar debates e reformas quanto à qualidade do ensino, proporcionar indicadores confiáveis sobre o desempenho dos profissionais e dos mercados de trabalho setoriais e geral da área de Comunicação no Brasil.

Acrescenta ainda a autora tratar-se de

um trabalho de caráter científico e institucional, são as faculdades de Comunicação que tomaram a iniciativa de tratar de compreender em outras bases as relações da Universidade com o sistema produtivo, a fim de fornecer elementos de reflexão e de intervenção.⁴

São objetivos da presente pesquisa: 1) fazer um diagnóstico amplo e aprofundado das relações entre o ensino, o campo profissional e o mercado de trabalho nas áreas de Comunicação Social (Jornalismo e Rádio e Televisão)⁵; 2) construir, a partir dos dados levantados, um banco de dados com indicadores confiáveis e atualizados sobre a qualidade do ensino de comunicação e sobre o desempenho e as tendências do mercado de trabalho.⁶

A apresentação e a discussão dos dados encontram-se organizados em três grupos temáticos: 1) perfil da amostra; 2) perfil educacional e avaliação do curso feito; 3) perfil ocupacional e mercado de trabalho.

2 Metodologia

Unificada metodologicamente, a pesquisa – de âmbito nacional – é apoiada em representatividade estatística.⁷ Neste sentido, foram coletados dados junto a cerca de 3.500 profissionais de Comunicação Social de todo o País, formados em 40 diferentes faculdades brasileiras. As escolas foram agrupadas em cinco regiões: Norte/Nordeste, Sudeste I, Sudeste II, Estado de São Paulo e Sul.

A metodologia foi integrada e adaptada regionalmente para que os dados pudessem ser comparados e agregados. As várias escolas participantes e as diferentes regiões podem, destarte, cruzar as informações que julgar pertinentes. Os dados foram tabulados em *software* estatístico, especialmente criado por uma equipe da Universidade Anhembi-Morumbi (São Paulo).

Do ponto de vista da logística da pesquisa, esta orientou-se pela descentralização e pela regionalização. Ou seja, foram criadas coordenações regionais para evitar-se a centralização na execução da pesquisa. Assim, garantiu-se maior agilidade e autonomia aos coordenadores e pesquisadores envolvidos.

Contudo, a coordenação nacional⁸ manteve, através do NUPEM, uma comunicação e uma assessoria contínuas ao longo das várias etapas da pesquisa.

Como técnica para a coleta de dados foi empregado o formulário, com questões abertas e fechadas e subdivididas em quatro

módulos temáticos: perfil da amostra; perfil da formação escolar; perfil ocupacional; e perfil do mercado de trabalho.

Em Goiás, os dados foram coletados por duas equipes de estudantes: uma do curso de Jornalismo (primeiro semestre de 1997)⁹ e outra da habilitação Rádio e Televisão (segundo semestre de 1996).¹⁰

Foram distribuídos dois tipos de formulários: um para os profissionais que estavam trabalhando na área de Comunicação Social (egressos ao mercado) e um outro para os profissionais que se desviaram de sua área de formação (desvios). A quantidade e o teor das questões eram diferenciados, embora algumas perguntas fossem comuns aos dois modelos de formulários.

3 Perfil da amostra

3.1 Sexo, idade, estado civil e naturalidade

A amostra da presente pesquisa é constituída por 67 profissionais recém-formados pela Universidade Federal de Goiás: 44 jornalistas (50% de cada sexo) e 23 radialistas (48 do sexo masculino e 52% do feminino).

De uma maneira geral, a faixa etária dos entrevistados é predominantemente jovem. Dos 25 aos 29 anos: 57% (jornalistas) e 48% (radialistas); dos 30 aos 34 anos: 27% (jornalistas) e 30% (radialistas).

Dos jornalistas entrevistados, o maior índice (59%) declarou ser solteiro; outros 36% afirmaram ser casados. Quanto aos radialistas, casados e solteiros empataram no número de casos: 47% (praticamente meio a meio).

Sobre o local de nascimento, vejamos os números a seguir. Jornalistas: 84% nasceram na região Centro-Oeste; Sudeste: 7%; Nordeste: 4,5%; e Sul: 4,5%. Radialistas: Centro-Oeste: 82%; Sudeste: 13%; e Norte: 5%.

3.2 Egressos e desvios no mercado de trabalho

Dos profissionais entrevistados, 79% conseguiram ingressar no mercado de trabalho, ou seja, no momento da entrevista estavam trabalhando na área de Comunicação Social (Jornalismo,

Radialismo, Editoração, Cinema, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas). Isto significa que 21% desviaram-se de seu campo profissional ou estavam desempregados quando da coleta de dados.

Observemos os casos específicos de Jornalismo e de Radialismo. Uma comparação entre estas duas profissões leva a crer que o desemprego é maior entre os radialistas. O quadro abaixo demonstra que o desvio profissional de radialistas (30%) é praticamente o dobro daquele verificado entre os jornalistas (16%). A grande maioria dos jornalistas recém-formados, portanto, conseguiu emprego na área de Comunicação Social.

Tabela 1. Egressos e desvios profissionais de jornalistas e radialistas em Goiás

Habilitações	Jornalismo	Radialismo	Total
Egresso ao mercado	84%	70%	79%
Desvio profissional	16%	30%	21%

Em todo o Brasil, a média global dos desvios na habilitação de Jornalismo é de 26%, isto é, um quarto não conseguiu emprego na área. Entretanto, se a situação tem sido mais favorável aos jornalistas, o mesmo não se pode afirmar dos radialistas, cujos desvios em todo o território nacional chegam a 44%. Veja na tabela abaixo a situação de outras habilitações em todo o País:

Tabela 2. Egressos e desvios em todo o Brasil (média nacional por habilitação)

Habilitação	Jorn.	Rad.	R.P.	P.P.	Edit.	Cinema	Total (BR)
Egressos	74%	56%	40%	63%	78%	67%	62%
Desvios	26%	44%	60%	37%	22%	33%	38%

Note-se que as habilitações que obtiveram melhor desempenho, na média global, foram Editoração (78% empregados na área) e Jornalismo (74%). Portanto, maior absorção ao mercado de trabalho nacional. Por outro lado, os piores desempenhos fo-

ram Relações Públicas (mais da metade – 60% – desempregados na área de formação) e Radialismo (44%).¹¹

Com efeito, conclui-se que Goiás encontra-se em situação de vantagem em relação à absorção de recém-graduados ao mercado de trabalho em todo o território nacional. Enquanto a média regional registra 79% de empregados na área de Comunicação Social e 21% de desempregados, a média nacional demonstra 62% de empregados e 38% de desempregados.

3.3 Renda profissional

A quase metade (46%) dos jornalistas empregados na área recebe rendimento comparável ao da classe média baixa: de 3 a 10 salários mínimos (SM). Isto demonstra que os salários pagos em Goiânia estão efetivamente muito baixos. Praticamente um terço (35%) ganha renda profissional compatível com a dos setores médios da sociedade, isto é, 11 a 20 SM. Somente 5% têm ótimo salário (mais de 30 SM.)¹²

Entre os jornalistas que se desviaram de sua profissão, a maioria (43%) preferiu não responder quanto estava ganhando. Talvez movidos pelo constrangimento do desemprego, ou do subemprego, ou de sua situação empregatícia ocasional (*freelancer*). Porém, uma expressiva parcela (14%) declarou estar ganhando mais de 30 SM, o que faz supor que estes migraram para outra profissão para obter um melhor rendimento.

Tabela 3. Renda profissional dos jornalistas em Goiás

Renda prof.	Jorn. (egressos)	Jorn. (desvios)
+ de 30 SM	5%	14%
21 a 30 SM	14%	-
11 a 20 SM	35%	29%
7 a 10 SM	30%	-
3 a 6 SM	16%	14%

Se os salários dos jornalistas são baixos, os dos radialistas conseguem ser ainda piores.¹³ Observe-se que exatamente a metade (50%) dos radialistas tem renda profissional comparável aos

da classe média baixa, ou seja, de 3 a 10 SM. Mais grave: um número nada desprezível (6%) ganha, surpreendentemente, menos de 3 SM.

Dos radialistas que mudaram (compulsoriamente?) de profissão, mais da metade (57%) ganha salário de classe média (7 a 10 SM). Entretanto, um número considerável (14%) mudou de profissão para triplicar a renda: mais de 30 SM. Veja a tabela abaixo:

Tabela 4. Renda profissional de radialistas em Goiás

Renda prof.	Rad. (egr.)	Rad. (desvios)
+ de 30 SM	6%	14%
11 a 20 SM	32%	15%
7 a 10 SM	25%	57%
5 a 6 SM	25%	-
- de 3 SM	6%	-
Não resp.	6%	14%

Dos jornalistas egressos, 46% têm uma única fonte de renda. Um número aproximado (44%) de radialistas também está na mesma condição. O índice de profissionais que possui duas ou mais fontes de renda também é similar: 53% (jornalistas) e 56% (radialistas). Ou seja, mais da metade pode estar trabalhando em dois ou mais empregos.

Entre os desvios nessas duas categorias, o índice de profissionais com uma única fonte de renda é o mesmo: 57%. O que significa que, entre os profissionais que trocaram de profissão, houve aumento do número daqueles que passaram a trabalhar em apenas um emprego.

A maioria (57%) dos radialistas desviantes acredita que estaria ganhando menos se estivesse trabalhando em sua área específica. Uma parcela significativa (43%) dos jornalistas também possui a mesma opinião.

3.4 Renda familiar e classe social

Entre os egressos, a grande maioria dos jornalistas (73%) e dos radialistas (63%) está economicamente situada na classe

B. Integram a classe A 16% dos jornalistas e 6% dos radialistas. Ninguém se declarou na classe E. Essa classificação foi construída a partir da renda familiar, conforme a tabela abaixo:

Tabela 5. Renda familiar e classe social de jornalistas e de radialistas em Goiás

Classe social	Renda familiar	Jorn. (egr.)	Rad. (egr.)
A	+ de 30 SM	16%	6%
B+	21 a 30 SM	43%	19%
B-	11 a 20 SM	30%	44%
C	7 a 10 SM	8%	13%
D	3 a 6 SM	3%	6%
E	- de 3 SM	-	-
Indeterm.	Não respondeu	-	12%

Entre os desvios, 43% dos jornalistas não informaram a renda familiar. Omissão ou constrangimento de ter que responder à pergunta? Pouco mais da metade de todos os informantes (egressos e desvios) declararam que duas pessoas trabalham na família.

Quanto ao nível de escolaridade do pai, a maioria dos jornalistas (36%) e dos radialistas entrevistados (47%) assinalou o item primário completo. Em relação à escolaridade da mãe, destaque-se a existência de 4% de analfabetas entre os formulários dos jornalistas, e a ocorrência de 35% de curso superior nas respostas dos radialistas.

Sobre a formação do 2º grau, a grande maioria dos jornalistas (90%) afirmou ter estudado predominantemente em escolas públicas. Ao contrário dos radialistas, cujo número de pessoas que estudou predominantemente em escolas particulares chega a 52%. Esse dado revela uma dupla contradição: apesar de os radialistas pertencerem, em geral, a famílias mais pobres, a maioria acabou freqüentando muito mais as escolas pagas; e os jornalistas, de famílias de melhor poder aquisitivo, acabaram estudando principalmente nas escolas não pagas.

4 Perfil educacional e avaliação do curso feito

4.1 Escolha do curso e formação complementar

Cerca de 49% dos jornalistas egressos afirmaram ter escolhido o curso devido às características da área; 41% apontaram características de personalidade. Já os radialistas declararam ter optado pelo curso pelos seguintes motivos principais: características da área (40%) e de personalidade (25%). Surpreende o fato de que 10% deles disseram ter escolhido o curso por falta de informações adequadas.

Entre os jornalistas fora da profissão, 57% deixaram de responder a esta questão. Curioso notar que apenas 14% deles justificaram a escolha a partir das características da área, o que leva a crer que estes possuem menos vocação profissional que os egressos. Os radialistas que se desviaram da profissão assinalaram principalmente características da área (75%) e de personalidade (25%).

Os dados da pesquisa revelam um *curriculum vitae* restrito, pelo menos em termos de formação acadêmica complementar ou suplementar, tanto de jornalistas quanto de radialistas. Egressos: 85% não fizeram outro curso de graduação e 96% não fizeram pós-graduação. Desvios: 79% não fizeram outra graduação e 93% não cursaram pós-graduação. O desempenho também é muito fraco em relação a cursos de atualização, extensão e especialização. Mas esse dado é justificável, uma vez que praticamente não existem cursos dessa natureza em Goiás.

No que concerne aos cursos de língua estrangeira, o único destaque é o inglês, cursado por 75% dos jornalistas e 60% dos radialistas. Frequentaram cursos de informática 70% dos jornalistas e 40% dos radialistas.

4.2 Adequação do curso à grade curricular

A adequação do curso esperado ao currículo do mesmo obteve pontuações que oscilam de “regular” a “baixo”. Dentro de uma escala que vai de 1,0 a 5,0, os radialistas e os

jornalistas egressos atribuíram notas regulares (média global em torno dos 2,6), enquanto aqueles que se desviaram da profissão deram notas baixas (média global na faixa dos 2,2)¹⁴. Veja a tabela abaixo:

Tabela 6. Adequação do curso esperado à grade curricular (notas dos profissionais egressos e desvios)

Grade curricular	Jorn.(eg.)	Rad.(eg.)	Jorn.(dv.)	Rad.(dv.)
Cont. humanísticos ¹⁵	2,3	3,1	2,8	2,5
Cont. específicos ¹⁶	2,5	3,0	2,5	2,0
Proj. experim./TCC	2,5	2,6	2,5	1,7
Prát. laboratoriais	2,0	2,5	2,4	1,4

Veja-se que os entrevistados foram unânimes em um ponto: dos quatro itens acima, o terceiro (práticas laboratoriais) é o pior de todos. Essa avaliação impõe mudanças e transformações profundas e urgentes nos laboratórios da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

Os radialistas (desvios), em particular, deram nota muito baixa para os laboratórios (1,4), assim como também para os projetos experimentais ou Trabalho de Conclusão de Curso (1,7). O item melhor avaliado foram os conteúdos humanísticos.

A propósito do item laboratórios, uma questão aborda especificamente o grau de sua influência para o exercício profissional. A resposta dos radialistas (egressos) não foi muito alentadora: influência muito alta: 0%; alta: 19%; média: 44%; baixa: 19%; muito baixa: 13%; não sabe: 5%. Mais da metade (57%) dos radialistas fora do mercado acham que a influência é muito baixa.

Os jornalistas (egressos) fizeram uma avaliação menos negativa: influência muito alta: 14%; alta: 8%; média: 30%; baixa: 30%; muito baixa: 14%; nenhuma: 4%.

Em relação a uma possível mudança na grade curricular, os jornalistas (egressos) propõem incluir principalmente disciplinas teóricas, além de línguas estrangeiras, humanidades e informática. Já os radialistas (egressos) estão mais preocupa-

dos com as disciplinas técnicas, disciplinas do tronco comum, laboratórios e informática.

Veja suas propostas de inclusão de cursos/disciplinas:

Tabela 7. Proposta de mudanças na grade curricular (jornalistas e radialistas)

Inclusões ao currículo (JORN.)	Inclusões ao currículo (RAD.)
Disciplinas teóricas (43%)	Disciplinas técnicas (56%)
Línguas estrangeiras (41%)	Disc. do tronco comum (44%)
Humanidades (30%)	Laboratórios (38%)
Informática (30%)	Informática (19%)
Disciplinas técnicas (27%)	Línguas estrangeiras (13%)

A maioria dos entrevistados (62% dos jornalistas e 56% dos radialistas) afirma não ser necessário excluir nada na grade curricular. Não souberam responder a esta questão 14% dos jornalistas e 25% dos radialistas. Uma minoria dos primeiros (11%) e dos segundos (9%) propõe excluir disciplinas do tronco comum.

Apesar de uns e outros priorizarem a inclusão de disciplinas teóricas ou técnicas na grade curricular, o fato é que a maior concentração dos entrevistados (65% dos jornalistas e 81% dos radialistas) considera tais conteúdos igualmente importantes.

Outro dado importante: mais da metade dos jornalistas egressos (54%) consideram a vivência profissional simultânea do professor como “essencial”; outros 38% consideram-na “importante”. Os radialistas egressos foram mais longe: entendem ser essa vivência muito mais “essencial” (81%) do que simplesmente “importante” (19%). Essas informações fazem acreditar que os entrevistados, principalmente os radialistas, sentiram uma enorme necessidade de maior integração entre a faculdade e o mercado de trabalho.

4.3 Avaliação e contribuição do curso feito

De uma maneira geral, os pontos positivos do curso que mais ganharam destaque foram a formação profissional (tam-

bém um dos itens mais criticados) e o ambiente de convivência na faculdade. Quanto aos pontos negativos, observem-se os itens mais citados pelos profissionais egressos, respectivamente jornalistas e radialistas: qualidade do ensino (49% e 63%); qualidade dos professores (49% e 56%); precariedade dos laboratórios (46% e 31%); falhas de infraestrutura (14% e 25%); interação com o mercado de trabalho (22%); estrutura geral do curso (11% e 25%).

Para melhorar o curso, os profissionais egressos propõem, sobretudo, três providências necessárias e urgentes: reorganização geral do curso; qualificação dos professores; e qualidade das práticas laboratoriais. No quadro abaixo, veja também as outras propostas de mudança:

Quadro 1. Ranking das mudanças propostas por jornalistas e radialistas em Goiás

Jornalistas	Radialistas
1º) Organização geral do curso	1º) Organização geral do curso
2º) Nível dos professores	2º) Nível dos professores
3º) Qualidade do ensino	3º) Práticas laboratoriais
4º) Práticas laboratoriais	4º) Qualidade do ensino
5º) Investim. em infra-estrutura	5º) Investim. em infra-estrutura
6º) Obrigatoriedade do estágio	6º) Obrigatoriedade do estágio

Sobre a contribuição do curso feito, o maior número dos jornalistas (57%) e dos radialistas (29%) fora do mercado classificou-a como “média”; outra parcela (14%) de ambos entendeu-a como “baixa”. E apontam as seguintes falhas principais: ensino; infra-estrutura; professores; laboratórios; interação com o mercado; motivação; e conteúdo programático. Os aspectos para os quais o curso mais contribuiu foram a consciência social e o senso crítico.

Apesar da avaliação crítica, a maioria dos jornalistas (73%) e dos radialistas (63%) egressos acha que o curso de graduação deve continuar sendo obrigatório. Outras alternativas obtiveram os seguintes índices: não obrigatório (22% e 6%); indiferente (5% e 19%); desnecessário (0% e 12%).

E mais: não obstante todas as críticas feitas, apenas uma minoria desses profissionais não recomendaria o curso da UFG (14% e 31%). Porém, entre os jornalistas fora do mercado essa não-recomendação sobe para 33%.

Contudo, no saldo geral, tanto os jornalistas quanto os radialistas acabaram conferindo uma nota final “regular” ao curso feito. Dentro de uma escala de 1,0 a 5,0 as médias foram, respectivamente, 3,1 e 2,8.

5 Perfil ocupacional e mercado de trabalho

5.1 Ocupação profissional

É importante observar que um quarto (25%) dos jornalistas egressos encontra-se trabalhando em outras habilitações da Comunicação Social, principalmente Publicidade e Propaganda e Editoração. Porém, o número de radialistas egressos trabalhando em habilitações conexas é bem maior. Ou, melhor dizendo, é quase a metade (47%).

Tabela 8. Ocupação profissional de jornalistas e radialistas egressos em Goiás

Habilitações	Jornalismo	Radialismo
Jornalismo	75%	30%
Radialismo	3%	53%
Publ. e Prop.	11%	4,5%
Editoração	7%	8%
Rel. Públicas	4%	-
Cinema	-	4,5%

Observe-se que é grande a incidência (30%) de radialistas que ocupa a área profissional específica dos jornalistas. Isso explica, em parte, a histórica rivalidade entre as duas habilitações. Segundo os jornalistas, os radialistas estariam “roubando” uma parcela expressiva de seu mercado de trabalho.

No entanto, os radialistas justificam essa migração em decorrência de uma “artificial” delimitação de campos profissionais. Para estes, seria necessário redefinir o paradigma profissional da habilitação de curso de Rádio e Televisão dentro da área de Comunicação Social. Mais: seria preciso repensar a grade curricular do curso, retirando de seu perfil aquelas funções meramente técnicas. O radialista deixaria, assim, de ser um suposto técnico (função de nível médio) para tornar-se efetivamente um profissional de nível superior.

Note-se, ademais, que tanto radialistas quanto jornalistas acabam ocupando uma fatia considerável do mercado de trabalho específico de Publicidade e Propaganda (curso que passou a existir em Goiás somente a partir de 1997) e de Editoração (curso inexistente no Estado). Quanto ao curso de Cinema (inexistente em Goiás), o seu mercado é ocupado principalmente por profissionais de Rádio e Televisão, talvez em função de sua maior identificação com as funções relacionadas à produção de imagens.

Na retrospectiva profissional dos últimos cinco anos, 12,5% dos radialistas declararam que já trabalharam em Publicidade e Propaganda. Nesse período, 5% dos jornalistas dizem já ter trabalhado em funções específicas de Rádio e Televisão. Através desta retrospectiva, é possível acompanhar uma certa trajetória das ocupações profissionais em Goiás. A ocupação do mercado de trabalho dos publicitários por parte dos radialistas caiu dos 12,5% (nos últimos cinco anos) para 4,5% (1996). Com os jornalistas, houve o inverso: tal ocupação subiu de 5% (nos últimos cinco anos) para 11% (1997). Em suma: antes, mais radialistas trabalhavam como publicitários; hoje, mais jornalistas é que estão trabalhando neste setor.

Quanto à situação funcional, a maioria dos jornalistas (77%) e dos radialistas (78%) egressos são assalariados. Menor parcela dos primeiros (16%) e dos segundos (22%) é composta por *free-lancers* ou autônomos; e uma minoria (7% e 0%) por empresários. Veja a tabela a seguir:

Tabela 9. Situação funcional de jornalistas e radialistas em Goiás

Situação funcional	Jorn.(eg.)	Jorn.(dv.)	Rad.(eg.)	Rad.(dv.)
Assalariado	77%	43%	78%	62,5%
<i>Free-lancer</i>	16%	29%	22%	12,5%
Empresário	7%	29%	-	25%

Entretanto, a situação funcional muda de perfil entre os desvios. Cai o número de assalariados e aumenta, sobretudo, o número de empresários fora da área de Comunicação: jornalistas (29%); radialistas (25%). Como se vê, um número considerável abandonou a sua profissão de origem para tocar o seu próprio negócio, isto é, virar patrão de si próprio.

Vejamos mais detalhadamente a situação dos profissionais egressos assalariados. A maior parte (27%, na média) está no mercado entre 1 a 2 anos. A grande maioria trabalha em empresa privada de grande porte e de capital nacional. Quanto ao setor de atuação, a maior concentração dos jornalistas (34%) trabalha na reportagem, e dos radialistas (31%), na produção.

Tabela 10. Setor profissional de jornalistas e radialistas egressos assalariados

Setor profissional	Jorn. assal.	Rad. assal.
Reportagem	34%	25%
Produção	5%	31%
Redação/edição	28%	6%
Ass. de imprensa	21%	-
Câmera	-	13%
Atuação	2,5%	6%
Execução	-	6%
Sonoplastia	-	6%
Pesquisa	-	6%
Divulgação	2,5%	-
<i>Marketing</i>	2,5%	-
Produção visual	2,5%	-
Outros	2%	1%

Entre os jornalistas assalariados, os setores hegemônicos ainda estão vinculados ao tripé reportagem-redação-edição, cuja somatória percentual totaliza quase dois terços (62%). Porém, é expressivo o número de profissionais que atua em assessorias de imprensa (21%).

Já entre os radialistas assalariados, vale ressaltar o setor reportagem, cuja atuação incide sobre um quarto (25%) desses profissionais. Destaque-se, ainda, o setor câmera (13%).

Sobre os egressos autônomos, a maioria dos jornalistas se considera *free-lancer* “sazonal”, ao contrário dos radialistas, que admitem estar numa condição “regular”.

Outra questão importante: apenas 16% dos jornalistas e 12% dos radialistas egressos afirmaram já ter trabalhado fora da cidade onde se formou (Goiânia). Principal motivo: falta de oportunidade.

Também uma minoria declarou já ter prestado serviços de consultoria em sua área: 27% dos jornalistas e 31% dos radialistas.

5.2 Desvios profissionais: panorama

É surpreendente o fato de que 14% dos radialistas (desvios) sequer tentaram encontrar emprego na habilitação em que formaram. Medo de ter que enfrentar as condições e o mercado de trabalho atual ou frustração profissional antecipada? Essas questões não permitem fazer-se inferências definitivas a respeito, mas apenas formular duas possíveis hipóteses.

Os radialistas apontam, por ordem de importância, as principais razões pelas quais mudaram de profissão: 1) maior rendimento na ocupação atual; 2) opção pessoal; 3) possui negócio próprio; 4) não conseguiu emprego na área; 5) gosta mais da ocupação atual.

Contudo, a grande maioria dos profissionais que mudou de profissão (86%, na média) disse ter esperanças de voltar a trabalhar na habilitação em que se formou. Principais motivos: porque gostam da habilitação e porque concluíram o curso superior.

5.3 Regulamentação, diploma, sindicato, estágio

Na média, 92% dos entrevistados afirmam que a regulamentação profissional deve ser obrigatória. Três respostas princi-

pais justificam esta opinião: 1) a regulamentação contribui para organizar o mercado de trabalho; 2) garante proteção legal à profissão; 3) controla a qualificação profissional.

Quanto ao diploma, 95% dos jornalistas e 88% dos radialistas egressos são a favor de manter a sua obrigatoriedade. Ninguém se manifestou contrariamente. Os demais se declararam indiferentes ou não souberam opinar a respeito.

A maior concentração dos jornalistas (95%) e dos radialistas (61%) está filiada aos respectivos sindicatos. A propósito, a influência da entidade nas suas áreas profissionais é considerada pela maioria como “média” e “baixa”.

Sobre o estágio profissional, a resposta hegemônica dos jornalistas foi que este exerceu uma influência mediana (38% não tiveram a oportunidade de fazê-lo). Dos radialistas que chegaram a fazê-lo, a maior parte o considerou de alta influência (26% não o fizeram).

5.4 A oferta de emprego e as transformações no mercado

Segundo os entrevistados, a oferta de emprego na área de Comunicação Social está cada vez mais restrita. Esta é a percepção e a vivência da maioria dos jornalistas (89%) e dos radialistas (94%) egressos. Apenas 11% e 6%, respectivamente, entendem que a oferta é proporcional em relação à demanda. Para os primeiros, a rotatividade na área é normal, mas para os segundos ela é intensa.

Outro item importante: a maior concentração dos jornalistas (76%) e dos radialistas (44%) egressos começou a trabalhar na área durante o curso na faculdade. Um menor número desses profissionais (19%) ingressou no mercado de trabalho depois de concluído o curso. Uma outra parcela (5% e 37%) já trabalhava na área quando passou no vestibular.

Note-se que é significativa a incidência de radialistas que já atuava nos setores competentes antes mesmo de entrar na faculdade. Para estes, a opção pela habilitação obedeceu a critérios pragmáticos, isto é, o prévio engajamento no mercado de trabalho.

Em relação aos meios de que se utilizou para conseguir emprego ou trabalho, os jornalistas enumeraram (pela ordem de

incidência): contatos pessoais, convites, indicação e anúncios. Apenas 5% conseguiram emprego através de concursos, o que ratifica a crítica de amplos setores da área em relação à falta de meios mais “criteriosos” e mais “democráticos” de seleção de pessoal.

Já os radialistas citaram, pela ordem de importância: contatos pessoais, concursos, estágios e convites. Detalhando: 19% destes conseguiram emprego através de concursos ou através de estágios.

Apesar das dificuldades, a maioria dos jornalistas (68%) não gostaria de mudar de profissão, caso surgisse uma oportunidade. Motivo: satisfação profissional. Os radialistas, no entanto, ficariam divididos: 50% mudariam, principalmente com o objetivo de se conquistar uma melhor remuneração.

A propósito da remuneração, esta foi considerada o pior aspecto do exercício profissional. Observe-se, no quadro abaixo, que este item recebeu notas muito baixas (2,1 e 2,3), o que demonstra grande insatisfação com os salários ora recebidos. Veja as notas (escala de 1,0 a 5,0) conferidas por jornalistas e radialistas egressos sobre o grau de recompensa e de satisfação em sua função atual:

Tabela 11. Grau de satisfação de jornalistas e radialistas na atual função profissional

Vida profissional	Jorn. (eg.)	Rad. (eg.)
Funções exercidas	3,3	3,3
Conhecimento adquirido	3,1	3,6
Autonomia de decisão	2,9	2,8
Estabilidade	2,8	3,1
Remuneração	2,1	2,3

Apesar do descontentamento geral com os salários recebidos, a principal razão para uma eventual mudança de emprego é a possibilidade de ascensão na carreira. Jornalistas e radialistas apontaram outros fortes motivos para tal atitude: melhor remuneração e um cargo mais atraente.

Sobre as transformações no mercado de trabalho, os profissionais egressos verificaram as três principais: 1) crescimento do

número de autônomos ou *free-lancers*; 2) exigência de especialização; 3) introdução de novas tecnologias. Porém, são enumeradas outras modificações (menos citadas, mas nem por isso menos importantes): segmentação do mercado; funções de consultoria; e crescimento do número de microempresas na área.

Todas as funções profissionais foram consideradas igualmente importantes, com destaque para direção e produção. Estas, ao lado das funções de coordenação/supervisão, foram consideradas as ocupações melhor remuneradas.

5.5 Imagem e desempenho profissional

Competência profissional é o fator que mais influencia na imagem de jornalistas e radialistas, segundo a opinião deles próprios. Uma boa imagem depende, portanto, de quão competente é tal ou qual profissional.

Veja a ordem de importância dos vários fatores na formação da imagem profissional, segundo avaliação dos jornalistas egressos: 1) competência; 2) ética; 3) curso superior na área; 4) função social da profissão; 5) nível de remuneração; 6) nível de organização; 7) prestígio social.

A ordem conferida pelos radialistas é a seguinte: 1) competência; 2) função social da profissão; 3) ética; 4) prestígio social; 5) curso superior na área e nível de remuneração; 6) nível de organização.

O que mais prejudica a imagem dos empresários, segundo os jornalistas e os radialistas, é o nível de remuneração paga aos empregados. E o que mais enalteceria esta imagem seria a competência e o espírito inovador.

Sobre o desempenho na carreira, jornalistas e radialistas concordaram que a habilidade de criação seja a capacidade mais exigível do profissional. Segundo afirmaram, as principais qualificações, na seqüência, seriam: criatividade; capacidade de inovar; reciclagem; domínio de novas tecnologias. Em quinto lugar, houve uma opinião antagônica: os jornalistas priorizam os conhecimentos teóricos, enquanto os radialistas dão preferência aos conhecimentos técnicos.

Sobre o desempenho na área, os entrevistados consideraram bons os profissionais formados em Comunicação Social, seja pela mesma ou por outra faculdade que não a da UFG. Entretanto, mereceram uma avaliação negativa os profissionais que se formaram em outras áreas e, principalmente, aqueles que não possuem nenhuma formação superior.

Em relação aos objetivos da profissão, a maioria dos jornalistas (89%) e dos radialistas (81%) egressos afirmou que a principal finalidade é informar e comunicar. Em segundo lugar, despontou como importante objetivo o atendimento às necessidades da sociedade. Atender às necessidades do mercado mereceu uma incidência baixa, tanto por parte dos jornalistas (5%) quanto por parte dos radialistas (6%).

6 Conclusão

Os dados apresentados e discutidos neste trabalho delineiam uma realidade preocupante em função de três razões fundamentais: 1) a formação acadêmica encontra-se desatualizada; 2) o campo ocupacional/funcional é mal definido nos aspectos concernentes ao paradigma profissional; 3) o mercado de trabalho, um tanto restrito, é desvalorizado e de baixa remuneração.

Quanto à formação acadêmica, destaque-se, por exemplo, a grade curricular, que mereceu por parte dos entrevistados nota “regular”, tendendo a “baixa”. Neste aspecto, a principal crítica recaiu sobre as práticas laboratoriais. Os radialistas (desvios) foram particularmente severos: deram nota 1,7 para os projetos experimentais (Trabalho de Conclusão de Curso) e 1,4 para as práticas laboratoriais (escala de 1,0 a 5,0).

Com efeito, uma reforma curricular deveria repensar a inclusão de disciplinas teóricas e técnicas; línguas estrangeiras; informática; práticas laboratoriais; disciplinas do tronco comum etc. Os jornalistas sentiram uma maior necessidade de reforçar o lado teórico do curso, enquanto os radialistas se preocuparam mais com a inclusão de disciplinas técnicas.

Segundo os entrevistados, os pontos positivos da formação acadêmica foram a própria formação profissional (apesar dos

vários problemas verificados) e o ambiente de convivência universitária. Sobre os conteúdos ministrados, os aspectos mais importantes estão relacionados ao desenvolvimento do senso crítico e da “consciência social”.

No entanto, a ênfase maior dos informantes recaiu sobre os pontos negativos dos cursos: 1) má qualidade do ensino; 2) professores despreparados (salvo exceções); 3) precariedade ou inexistência de certas práticas laboratoriais; 4) falhas de infra-estrutura; 5) falta de integração com o mercado de trabalho; 6) estrutura geral do curso ultrapassada.

Com o objetivo de melhorar a formação profissional, jornalistas e radialistas priorizaram as mudanças que devem ser feitas: 1º) organização geral do curso; 2º) nível dos professores; 3º) qualidade do ensino; 4º) práticas laboratoriais; 5º) investimentos em infra-estrutura; 6º) obrigatoriedade do estágio.

O primeiro passo, portanto, é repensar profundamente a estrutura dos cursos, incluindo-se aí a reforma da grade curricular. Ao mesmo tempo, é preciso investir na qualificação e na contratação de professores, o que implicaria a melhoria da qualidade do ensino. Investir, ainda, em infra-estrutura, preocupando-se, sobretudo, com o incremento das práticas laboratoriais. Finalmente, repensar a obrigatoriedade do estágio, preocupação que remete a um desejo dos estudantes de maior integração Academia-mercado.

Contudo, não obstante as críticas feitas em relação à formação acadêmica, os informantes acabaram aprovando e até recomendando os cursos de Jornalismo e de Rádio e Televisão da UFG. No saldo final, os jornalistas e os radialistas fizeram uma avaliação considerada “regular” a estes cursos: notas 3,1 e 2,8, respectivamente.

Quanto ao mercado de trabalho, ocorre o seguinte: apesar de a grande maioria dos profissionais de Comunicação Social afirmar que a oferta de empregos em Goiânia é bastante restrita, o fato é que o mercado de trabalho acabou absorvendo 84% dos jornalistas e 70% dos radialistas, formados entre 1989 a 1993.

Como se observa, o mercado dos jornalistas tem conseguido uma boa absorção profissional (apenas 16% mudaram de

profissão ou estavam desempregados no momento da aplicação dos formulários). Porém, o mesmo não se pode afirmar sobre a situação dos radialistas, cujo desemprego (ou mudança de profissão) chega a 30%. Este índice é quase o dobro da percentagem de desvios verificada entre os jornalistas.

Porém, se compararmos com o panorama nacional, o mercado de trabalho em Goiânia é bem melhor do que o encontrado no País. As médias no Brasil são as seguintes: 26% de desvios de jornalistas (10% a mais que em Goiânia) e 44% de desvios de radialistas (14% a mais).

Portanto, se o mercado de trabalho dos radialistas em Goiânia é complicado, no Brasil a situação é ainda muito pior.

Entretanto, o cenário de relativa vantagem mercadológica em Goiás não é motivo para comemorações. Ao contrário, pois a absorção profissional tem sido feita a duras penas. Explicando melhor: a maioria dos profissionais recém-formados foi empregada, sim, mas acabou submetendo-se a salários muito baixos e, muitas vezes, a condições profissionais indignas.

Os números não deixam dúvidas: a quase metade dos jornalistas (46%) e exatamente 50% dos radialistas egressos ganham salários de classe média baixa (3 a 10 SM). Somente uma restrita elite (5% e 6%) recebe um salário digno (+ de 30 SM).

Ademais, existe mais um agravante: a maioria (53% e 56%) trabalha em dois ou mais empregos, o que leva a concluir que para ganhar o que ganham é preciso desdobrar-se em várias outras ocupações profissionais. Outro dado instigante: 76% dos jornalistas e 44% dos radialistas começaram a trabalhar durante a faculdade.

É importante destacar que, entre os desvios profissionais, 14% dos jornalistas e também dos radialistas largaram a sua profissão para ganhar mais 30 SM. Entretanto, os profissionais desviantes não estão, no geral, em melhores condições que os que insistem em trabalhar na sua área de formação.

A frustração profissional dos radialistas, por exemplo, é tamanha que 14% dos que mudaram de profissão nem sequer tentaram arrumar emprego na área após terem concluído o curso. Além deste aspecto, jornalistas e radialistas revelam um certo conservadorismo, combinado com a falta de oportunidades: a

grande maioria nunca trabalhou fora de Goiânia e também nunca tentou atividades de consultoria.

Considerando a renda familiar, é possível afirmar que os profissionais egressos pertencem majoritariamente à classe média: 76% dos jornalistas e 63% dos radialistas são da classe econômica "B". Integram a classe "A", respectivamente, 16% e 6%. Ou seja: no geral, os jornalistas possuem melhores condições financeiras que os radialistas.

Quanto à ocupação funcional, vale destacar que 47% dos radialistas egressos migraram para outras áreas da Comunicação Social. Portanto, quase a metade ocupa outros mercados de trabalho. Para ser mais preciso, 30% dos radialistas foram trabalhar em Jornalismo, o que certamente contribuiu para aumentar a histórica rivalidade entre essas duas profissões.

Um quarto dos jornalistas também acabou trabalhando em outras habilitações, principalmente Publicidade e Propaganda (11%) e Editoração (7%).

Como se vê, a área de Comunicação Social se permite uma flexibilidade no mercado de trabalho, condição esta que tem propiciado inúmeras migrações ocupacionais e funcionais.

Em relação aos setores de atividades, vale assinalar que a maior concentração dos jornalistas se encontra na reportagem (34%); segue-se redação/edição (28%) e assessoria de imprensa (21%). Entre os radialistas, destacam-se os seguintes setores: produção (31%), reportagem (25%) e câmera (13%).

Os números mostram, ainda, que o mercado de trabalho na área é constituído, fundamentalmente, por assalariados (jornalistas: 77%; radialistas: 78%). Menores incidências compõem a parcela dos *free-lancers* (16% e 22%) e, principalmente, a dos empresários (7% e 0%). A propósito, lembre-se que a atual grade curricular não prioriza a formação de novos empresários na área de Comunicação Social.

No entanto, a realidade dos profissionais que mudaram de profissão é muito diferente: caiu o número de assalariados (43% e 62,5%) e aumentou consideravelmente o número de empresários (29% e 25%). Supõe-se, com isso, que seja mais fácil ser empresário em outras áreas que em Comunicação.

Quanto aos *free-lancers*, a incidência destes aumentou em Jornalismo (29%), mas caiu em Rádio e Televisão (12,5%), donde se conclui que a primeira habilitação oferece mais oportunidades para os profissionais sem vínculo empregatício que a segunda profissão.

Outros itens importantes: a maioria dos profissionais entrevistados afirma que os estágios e os sindicatos exerceram uma influência apenas mediana. E, apesar das dificuldades próprias do mercado e da profissão, a maioria se posiciona a favor da obrigatoriedade do curso, do diploma, dos estágios e da regulamentação profissional.

Não obstante essas dificuldades, a maioria (68%) dos jornalistas não desejaria mudar de profissão, se surgisse tal oportunidade. O principal motivo seria a satisfação com a profissão. Já os radialistas ficaram divididos: 50% mudariam, 50% não. Razões para a mudança: melhor remuneração.

Mas o mercado é dinâmico e vem sofrendo constantes e rápidas mudanças. Segundos os entrevistados, as principais seriam: 1) o aumento do número de *free-lancers*; 2) a exigência de especialização; 3) a introdução de novas tecnologias; e 4) a segmentação do mercado.

Quanto à imagem profissional, os jornalistas e os radialistas enumeraram, com pequenas alterações na ordem de importância, os seguintes valores: competência; ética; função social da profissão; e curso superior na área. Os entrevistados foram unânimes em considerar a competência como o principal item na formação de uma boa imagem profissional. Mas é interessante observar, também, uma preocupação ética, o que é extremamente salutar, principalmente num mundo em que tal valor é atropelado por uma certa lógica mercantil. Ressalte-se, ainda, que o atendimento às necessidades do mercado é valorizado por apenas 5% dos jornalistas e 6% dos radialistas.

O principal objetivo a ser alcançado por estas duas profissões, segundo os entrevistados, é comunicar e informar. Sobre tudo -- reconhecem --, observando-se o atendimento às necessidades da sociedade.

Também promissor é o reconhecimento da criatividade como uma das principais exigências para um bom profissional. Os

informantes conferiram especial valor, ainda, para os seguintes itens: capacidade de inovação; reciclagem; e domínio de novas tecnologias.

Como foi possível observar, os dados permitem várias leituras e, conseqüentemente, distintas conclusões. São, pois, informações que podem ser objeto de análise específica de diferentes grupos de interesses: estudantes, professores, jornalistas, radialistas, sindicatos, empresários, administradores, dirigentes de instituições de ensino e de pesquisa etc. Portanto, são dados que merecem, acima de tudo, um debate amplo, detalhado e aprofundado.

A partir deste debate, é imperativo iniciar-se um processo de mudanças inteligentes. E esse processo deve necessariamente passar pela Academia, pois é neste ambiente que começa a formação profissional. O perfil ocupacional e o mercado de trabalho também dependem da iniciativa da Universidade.

Abstract

A detailed report on research of the academic education and background, professional fields and opportunities of employment for journalists and broadcasters in Goiânia. This report is part of an unpublished research being carried out all over Brazil under the co-ordination of NUPEM-ECA-USP. Forty communication schools and over 3,500 recently graduated professionals are participating in this research.

Key words: job market; professional fields for journalists and broadcasters; education.

Notas

1. Em Goiás, a pesquisa foi coordenada pelos professores Maria Auxiliadora A. de Echegaray (ex-coordenadora do NPCI e atual diretora da Facomb/UFG) e Magno L. Medeiros da Silva (atual coordenador do NPCI).

2. Dados divulgados no XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em Santos-SP (set./1997).

3. LOPES, Maria Immacolata V. de. Pesquisa do mercado de trabalho mobiliza escolas de comunicação de todo o Brasil. *Intercom : Rev. Bras. Comunic.* São Paulo, v. 18, n. 2, p. 183, jul./dez. 1995.

4. Em outros Estados, investigou-se também o mercado de trabalho de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema e Editoração.

5. LOPES, op. cit., p. 182.

6. *Ibid.*, loc. cit.

7. A pesquisa teve como coordenadora nacional a professora Maria Immacolata V. de Lopes, da Escola de Comunicações e Artes da USP.

8. A coleta de dados referente a Jornalismo foi realizada pelos estudantes deste mesmo curso da Facomb/UFG: Adriana Rodrigues Ferreira, Núbia L. Morais, Tatiana O. Cruvinel, Versanna C. Lima e Sandy C. de Sousa.

9. Os dados relativos a Rádio e Televisão foram coletados pelos estudantes deste mesmo curso: Sebastian Pereira, Cláudia Reis, Paulo Lima e Pedro Paulo. Colaboraram os professores Juaréz de Maia e Maria Elisa Rocha.

10. Dados referentes ao território nacional (médias globais) foram divulgados durante o XX Congresso da Intercom, em Santos.

11. O salário mínimo nacional era aproximadamente US\$ 120,00.

12. A comparação entre essas duas categorias é plausível, já que ambos são profissionais de nível superior da área Comunicação Social.

13. Em relação à adequação do exercício profissional ao curso, a média global conferida pelos profissionais egressos gira em torno de 2,6, enquanto a dos profissionais fora do mercado se equilibra no patamar dos 2,2.

14. Conteúdos humanísticos são as matérias do tronco comum.

15. Denominam-se "conteúdos específicos" as disciplinas necessárias à formação profissional.

Referências bibliográficas

- CANDAU, Vera Maria. *A didática em questão*. Petrópolis : Vozes, 1984.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.
- DEMO, Pedro. *O ensino pela pesquisa*. Campinas : Papyrus, 1986.
- KOURGANOFF, Wladimir. *A face oculta da universidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- LOPES, Maria Immacolata V. Pesquisa do mercado de trabalho mobiliza escolas de comunicação de todo o Brasil. *Intercom* : Rev. Bras. Comunic. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 182-5, jul./dez. 1995.
- LOPES, Maria Immacolata V. A pesquisa nas escolas de comunicação. *Intercom*: Rev. Bras. Comunic. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 54-67, jul./dez. 1995.
- MACHADO, Nilson J. *Epistemologia e didática* : as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo : Cortez, 1996.

- MARTÍN-BARBERO, J. Comunicação plural : alteridade e sociabilidade. *Comunicação & Educação*. São Paulo, n. 9, p. 39-48, maio/ago. 1997.
- MELO, José M. de. *Comunicación latinoamericana : desafios de la investigación para el siglo XXI*. São Paulo : Alaic, 1992.
- MOREIRA, A. F. (Org.). *Currículo : questões atuais*. Campinas: Papirus, 1997.
- SALM, Cláudio. *Escola e trabalho*. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática*. São Paulo : Autores Associados, 1994.
- SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo : Loyola, 1994.
- SILVA, Luiz Heron, AZEVEDO, José Clóvis. *Reestruturação curricular*. Petrópolis : Vozes, 1995.
- VASCONCELOS, Celso dos S. *A construção do conhecimento em sala de aula*. São Paulo : Libertad, 1995.